



A temática educação na imprensa sergipana no período pós ditadura¹

Elbênia Marla Ramos SILVA²
Ronaldo Nunes LINHARES³
Universidade Tiradentes, Sergipe, SE

RESUMO

O poder dos militares modificou toda a nação brasileira. As tomadas políticas eram diferentes, sem falar nas ações educacionais que transformaram o ensino fundamental e as reformas universitárias. Através da contextualização sobre a história da imprensa no Brasil e em Sergipe, que procuramos demonstrar a importância dos impressos para entender um pouco mais sobre as abordagens educacionais publicadas nos jornais sergipanos pós ditadura militar. Neste trabalho de leitura e análise de dez jornais, no período de 1985 a 1996, enfocamos as características gráficas e a relevância de apresentação do conteúdo educacional no estado.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa sergipana; ditadura; educação.

Introdução

A história da relação imprensa e liberdade no Brasil está intrinsecamente ligada ao próprio processo de construção da liberdade política e da formação do estado democrático do país. Desde o advento da imprensa, passando pelo movimento da independência, pela regência, segundo império, república e o governo Vargas, as tentativas de censura aos impressos, jornais, panfletos e revistas tem acompanhado todos os momentos de usurpação do poder, enfraquecimento da democracia e institucionalização da força.

Este artigo apresenta os resultados de estudos desenvolvidos para o Trabalho de Conclusão do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Tiradentes. Este estudo analisou o debate sobre educação nos jornais sergipanos, a partir do espaço dedicado aos temas educativos nos jornais que circularam em Sergipe no período de abertura política, pós-ditadura militar.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Concluinte de Jornalismo da Universidade Tiradentes - UNIT, email: benia@hotmail.com

³ Doutor em Ciência da Comunicação pela USP, professor do Núcleo de Pós Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – UNIT, email: ronaldo_linhares@unit.br



O período estudado foi de 1985 a 1996, momento de redemocratização no Brasil, ou seja, após os 21 anos de ditadura militar. Foram localizados e analisados, dez periódicos, sendo dois municipais e oito da capital, entretanto a ausência de algumas edições não comprometeu o andamento do trabalho. Para tal foi realizado um estudo através da ficha da Rede Alfredo de Carvalho – Rede Alcar, esta já utilizada para estudos sobre o resgate da imprensa brasileira, apresentando assim as características gráficas e editoriais dos periódicos. Em seguida foram selecionadas notícias sobre o tema educacional e devidamente organizadas em outra ficha, esta criada para a pesquisa, onde foi possível destacar de forma minuciosa os textos do período de análise, editoria e página, título e conteúdo.

Desta forma este artigo apresenta o resultado de um trabalho que pretende contribuir para a história da imprensa em Sergipe com o olhar no viés educacional, possibilitando novas perspectivas para se produzir estudos sobre a imprensa e a atuação social.

Imprensa e política: uma relação conflituosa no período militar

Anúncios de uma crise política se estendiam no Brasil desde 1961. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros e a sucessão do seu vice João Goulart, a situação se estendeu e ampliou as dificuldades diante do discurso populista do novo governante do país⁴. Alguns políticos conservadores e integrantes da sociedade civil contestaram as ideias de Goulart a ponto de organizar uma marcha com as tropas de Minas Gerais e São Paulo para as ruas do Rio de Janeiro. Sem a intenção de causar uma guerra civil e, impossibilitado de se comunicar com as forças governamentais devido a interferência dos militares, o presidente se refugiou no sul do país e os militares tomavam o poder, eis o golpe militar de 1964.

A democracia em construção desde o processo de redemocratização pós Getúlio Vargas foi definida pelos militares como governo fraco, que então seria substituída por um controle forte que prometia progresso à nação brasileira. Logo, as regras foram ditadas no novo regime. Com aprovação no congresso, o Ato Institucional-

⁴ *As propostas de Goulart se referiam as reformas econômicas de longo prazo, desta forma permitindo que a inflação ficasse mais elevada e um novo sistema de arrecadação de imposto fosse proposto, diminuindo gastos do governo prejudicando o interesse dos empresários.*



1 suspendia a imunidade dos parlamentares, cancelava a estabilidade dos funcionários públicos e aboliu o voto secreto.

Exagero na violência física, novas decisões econômicas e era apenas o começo de mais de 20 anos de ditadura. Os atos institucionais traziam medidas controladoras, que, com o passar do tempo foram ampliadas. O AI-5 foi o ato de maior controle de poder e cerceamento das liberdades individuais, implantou a caça de mandatos, aposentando juízes, foi o fim das garantias, do habeas-corpus aumentando assim a repressão militar.

Com estas regras, a imprensa passava a ser controlada de forma total. Proibida de qualquer publicação sem a censura prévia dos militares, o corte de telefonemas para jornalistas, recados de assuntos proibidos e apreensão de edições já impressas. Segundo Caldeira (1997, p.324):

Tratamento pior estava reservado para os que teimavam em desobedecer às determinações. Assim, nos anos 70, foi introduzida a censura prévia, feita em geral por militares. Pronta a edição, o material era lido pelo censor, que assinalava os assuntos inaceitáveis. Todo material vetado tinha que ser substituído. Para evitar que jornalistas mais afoitos ainda assim fossem atrás das notícias, instituiu-se um sistema de credenciais para que trabalhassem em locais públicos; caso publicassem em locais públicos; caso publicassem algo desagradável, a credencial era cassada, impedindo o acesso do profissional às informações.

Mesmo com estas condições, alguns jornais ainda tentaram apresentar aos seus leitores a resistência ao poder do regime através das substituições de matérias. Um sistema de controle foi mantido para monitorar os jornalistas mais ousados a não publicar certas notícias. O Estado instituiu um credenciamento (liberação para trabalhar) dos profissionais, assim quem publicasse algo desagradável perderia sua credencial e o acesso as informações. Como estratégia “O Estado de São Paulo” publicava textos de Camões ou receitas de bolo no local das matérias censuradas. (CALDEIRA, 1997 p. 325)

Para as empresas o prejuízo foi muito grande, ocorrendo algumas vezes a perda de todo material impresso, o que acarretou a falência de alguns periódicos. Não só os impressos sofreram com a repressão, o rádio, a TV e até os veículos internacionais, com correspondentes no Brasil, passaram por uma forte fiscalização. Segundo Sodré,



1999, p.435, Última Hora foi invadida e depredada; os jornais e revistas nacionalistas ou esquerdistas foram fechados; instaurou-se rigorosíssima censura no rádio e na televisão; numerosos jornalistas foram presos, torturados, exilados e alguns tiveram seus direitos políticos cassados.

O clima de insatisfação com o golpe tomou conta das diversas unidades federais do país. Semelhante ao quadro nacional, em Sergipe, o clima não estava diferente dos outros Estados. Apreensão e nervosismo para saber o que aconteceria daí em diante. Em pouco tempo os sergipanos foram informados da tomada do poder.

Lojas fechadas e as pessoas se reuniram na Praça Fausto Cardoso para entender de forma precisa o que acontecia. Autoridades locais foram presas, entre elas o governador João de Seixas Dória, que se pronunciou aos sergipanos em favor das reformas estruturais. Um discurso claro e seguro das suas intenções governamentais, pronunciado em 1º de abril, às 22 horas, pela Rádio difusora de Sergipe

Esta é uma hora, sergipanos, de atitudes claras, definidas e definitivas. E é assim pensando que, com a serenidade que a conjuntura exige, mas com a firmeza e o vigor que a minha dignidade impõe, declaro ao povo com a maior lealdade que jamais abdicarei dos princípios que sempre nortearam a minha vida de homem público do passado reto e ilibado. Permanecerei, outrossim, firme e decidido na luta em favor das reformas estruturais, democráticas e cristãs, que incorporem ao organismo social vivo da nacionalidade as populações marginalizadas pela vigência de uma ordem anacrônica e semifeudal.

No dia seguinte, o governador foi levado pelos soldados e oficiais do 28º BC. Foram 10 dias de prisão no 19º BC, em Salvador, junto com autoridades nordestinas, até ser transferido para Fernando de Noronha, onde ficou 117 dias na prisão com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Enquanto isso, os populares sergipanos se deparavam com as normas limitantes. Jornalistas, estudantes, funcionários públicos e professores presos sofriam com as torturas. Agressões físicas, verbais e psicológicas pairavam no 28º BC.

O interior do estado também sofria. Foram cassados e presos todos os prefeitos que se mostravam favoráveis às reformas de base. As cidades de Estância, Capela e Propriá foram alvos. Aos poucos o Estado era tomado. Outra forma de dominação era através das ações nas escolas e na igreja católica. A divisão das



autoridades católicas foi uma novidade na ditadura militar. Cristãos que apoiavam o regime estavam ligados ao Bispo auxiliar. D. Luciano Cabral Duarte colocava em questão as causas dos trabalhadores rurais e dos índios, já o Bispo D. José Vicente Távora acreditava no atraso do país, sua visão principal era o Movimento Educacional de Bases (MEB). Os seguidores que confiavam neste projeto educacional também foram censurados recebendo ameaça e até mesmo sendo preso para reprimir essas ações.

As reformas do regime se estenderam as políticas setoriais comandadas pelos militares, e com a educação não foi diferente. No estudo sobre a educação durante o regime foi definido a opção pelo mercado, pois a escolarização visou desenvolver uma mão-de-obra para as futuras indústrias do país. A intensa valorização educacional foi divulgada para a sociedade como uns dos degraus para se construir um país rico e forte. (GERMANO, 1990 p. 237-238): Nesse sentido, a ampliação dos anos de escolarização visa, entre outras coisas, absorver temporariamente a força de trabalho “supérflua”, contribuindo, dessa forma, para regular o mercado de trabalho.

As mudanças apareceram na preservação do ensino religioso, ampliação do princípio privatista, com ordem da junta militar e a omissão de financiamentos mínimos que seriam revestidos a educação. O problema do analfabetismo atingia milhares de brasileiros. Com a lei em vigor, os números referentes a educação primária era de alerta, pois demonstrava que o ideal de democratização ainda não era respeitado pelo regime. Com dados recolhidos em Germano, 1990 p. 242 temos:

De acordo com o próprio ministro Passarinho (1985) e 1971, quase 30% das crianças de 7 a 14 anos não tinha acesso a escola; a evasão e a repetência assumiam dimensões assustadoras, onde cada 1.000 crianças quem entravam na 1 série do primário, em 1961 por exemplo, menos da metade (446) chegavam à 2º série e somente 56 logravam ingressar no ensino superior em 1972.

Diante de tantas mudanças, após 21 anos de ditadura militar o novo presidente, Tancredo Neves, significava o filete de esperança onde a população brasileira depositou suas expectativas. Já havia participado da política brasileira como primeiro ministro de João Goulart e também como líder do governo da Câmara dos Deputados. Após tanta repressão, o que afligia a sociedade, será reavaliado por Tancredo. O fim da ditadura chegou aos poucos junto as novidades educacionais. Foi proposta: a valorização do magistério de educação básica, assistência ao aluno carente,



facilitar o processo para inserção no 1º grau, programa de Nova Universidade e de escolas técnicas federais (2º grau) e programa de módulos didáticos e municipalização da merenda escolar (1º grau).

Já ao abordar mais especificamente o 2º e 3º grau a visão vinculava ao mercado de trabalho. Os projetos educacionais refletiam para esta classe a qualificação para mão-de-obra. Essas medidas do governo tentavam minimizar a luta ideológica pela superação do capitalismo.

A imprensa foi a grande divulgadora dessas novidades educacionais, dividindo o espaço das páginas entre notas e notícias. Publicação de congressos para discussão dos projetos educacionais, matérias que abordavam as reivindicações dos professores por melhores condições de trabalho, tanto no âmbito da remuneração quanto no estrutural e até mesmo matérias com as reuniões das ligas estudantis para rever o ensino do 2º e 3º grau no país. Desta forma se deu a divulgação das reformas educacionais nos impressos.

Caracterização dos periódicos

Na preparação dos dados estatísticos foram analisados dez jornais do período de redemocratização do Brasil datado em 1985 a 1996, levantados no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Destes periódicos dois foram publicados no interior do estado, a saber: “A Defesa” de Propriá e a “Gazeta de Estância”, enquanto os demais são da capital. A escolha destes jornais se deu pelo fato de estarem em atuação durante a ditadura militar e em momento posterior, na abertura política do Brasil. O recorte histórico tem como objetivo analisar e estudar os conteúdos educacionais publicados nesta época. Durante a análise encontramos periódicos com edições completas e incompletas, entretanto a ausência de algumas edições não comprometeu o andamento do trabalho. Destes periódicos três continuam em circulação são eles: Jornal da Cidade, Cinform e Folha da Praia, todos da capital.

Levantamento dos nº dos impressos

Impresso	Ano	Meses											
		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ag.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
A Defesa de Propriá	1985-1987				1		1	1		1			



Cinform	1996	1					1			1	1		
Folha da Praia	1983-1986			1							1		1
Gazeta de Estância	1986-1988					1			1	1			
Gazeta de Sergipe	1985-1988				2							1	
Jornal da Cidade	1984-1990	1	1						1				
Jornal da Educação	1994-1995				1	1				1		1	
Jornal da Manhã	1986							1				1	2
“Jornal de Sergipe	1984-1990	1				1				1			
Letras Sergipana	1986-1989	1	1							2	2		

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Os jornais sergipanos apresentavam um padrão próximo aos que eram encontrados nos grandes centros, Rio de Janeiro e São Paulo, neste mesmo período. Mesmo sendo de uma maneira gradual, os processos de inovação tecnológica não demoraram atingir o estado de Sergipe. Com a exceção da introdução das cores. Os impressos do Rio de Janeiro e São Paulo começaram a trabalhar com coloração das capas como atrativo dos jornais a partir de 1919 (Martins e Luca, 2008).

Em Sergipe a novidade só chegou a meados de 1980 com dois periódicos, “Gazeta de Sergipe”, apresentava suplementos com coloração bem discreta, mas que proporcionava uma diferença das outras artes dos jornais e o “Cinform” periódico este que inovou a imprensa sergipana com a utilização de cores diferentes na capa, onde dava destaque a todas as chamadas, no cabeçalho o nome estava escrito em azul sendo grifado na cor vermelha, sem contar que a página dois também vinha colorida, mas as páginas seguintes não, permaneciam preto e branco. Melhor qualidade de impressão, um custo menor, a utilização de fotografias e de recursos gráficos, como as charges, começaram a fazer parte das diferenças da imprensa local, conquistando um maior público leitor.

Os jornais do século XIX apresentavam mais desenhos e xilografuras como atrativos, só após 33 anos da criação da fotografia que os jornais sergipanos foram utilizar este



recurso. De acordo com Sodré (1999) o atraso da imprensa no Brasil está relacionado com fatores econômicos, que acabavam influenciando todo andamento da implantação da imprensa no Brasil.

Dos periódicos analisados percebe-se que a maioria está voltado para o âmbito político, nem tão diferente deste elenco, estão os periódicos que mesmo temáticos apresentam notícias políticas. “Jornal da Educação”, “A Defesa de Própria”, periódico produzido pela paróquia de Propriá, mas que a partir de 1986 apresenta notícias não só política, mas com temas variados e o periódico alternativo “Folha da Praia”.

Este tipo de imprensa surgiu no período onde os jornalistas estavam impossibilitados de escrever o que queriam, no periódico “Folha da Praia”, os assuntos abordados eram os mais diversos com uma linguagem menos coloquial, assuntos como moda, esporte e sexo são bem discutidos. A tendência estética também marca os jornais sergipanos, o abandono do modelo tablóide, corpo (1) formado de uma, duas ou mais folhas (2) dupla que dobradas ao meio formam um caderno, permanente no século XIX é substituído por periódicos com a média de 57 cm o comprimento e 48 cm a largura, com no mínimo seis páginas.

Com o estudo foi possível constatar que poucos jornais permaneciam com a periodicidade mensal e bimensal, características essas mais fortes nos jornais do século XIX. Apenas o jornal “A Defesa de Propriá” era editado uma vez por mês e “Jornal da Educação” era editado de dois em dois meses. Em diferente posição destes jornais estavam os impressos não voltados as temáticas, e sim a notícia gerais. Entre eles temos os semanais (“Letras Sergipanas”, “Gazeta de Estância”, “Folha da Praia” e “Cinform”) e diários (“Jornal da Manhã”, “Jornal da Cidade”, “Gazeta de Sergipe” e por fim o “Jornal de Sergipe”).

A educação nos periódicos sergipanos pós-ditadura

Com o fim da ditadura, período de redemocratização, o Brasil inicia um processo de abertura política onde a sociedade vivenciaria mudanças. Ao considerar este fator, o trabalho tem como base a classificação e análise dos conteúdos pesquisados nos 10 jornais sergipanos com o período da redemocratização.



As matérias foram classificadas a partir do nível de importância que se baseou em três pontos: estilo de manchete local da publicação (primeira, segunda páginas), o tamanho da matéria e espaço ocupado nas páginas dos jornais.

Na catalogação as notícias com teor educacional foram separadas de acordo com o estilo. A quantidade de páginas apresentadas no quadro é uma referência de onde foram encontradas as matérias necessárias para pesquisa. Os impressos temáticos, ou seja, aqueles produzidos por algum órgão, como é o caso do “A Defesa de Propriá”, “Jornal da Educação” e “Letras Sergipanas” traziam no máximo quatro páginas, os demais apresentavam até doze páginas, mas, é relevante ressaltar que o jornal “Cinform” não tinha um número fixo de páginas, pois ele dependia da quantidade de anúncios apresentadas de forma aleatória. Como foi o caso da edição de 21 de outubro de 1996. O quadro abaixo apresenta a classificação dos textos encontrados nas edições, alertando que é um quadro geral, onde não está se referindo a todas as páginas dos periódicos.

Relação de Importância

Característica do estilo	Pag. 1	Pag. 2	Pag. 3	Pag. 4	Pag. 5	Pag. 6	Pag. 7	Pag. 9	Pag. 10	Pag. 15	Pag. 20	Pag. 52
Manchete	2											
Nota	1				1		1					
Notícia		7	7	1	1	2	1	1	1		1	
Publicidade					2		1					1
Entrevista			1		1					1		
Opinião			2					1				
Total	3	7	10	1	5	2	3	2	1	1	1	1

Com as edições constatamos que os impressos publicavam mais textos de caráter noticioso. O conteúdo trazido em formato de entrevista e opinião se refere a textos elaborados por especialistas em educação, que abordam questões sociais, e defendem ideias e valores para melhor processo educacional. Com o processo de abertura política no Brasil, pensar no futuro da educação após as ordens militares era um dos temas mais debatidos nos periódicos nacionais.

Em Sergipe, os textos de opinião passaram a ter mais destaques. Nos impressos “A Defesa” de Propriá de julho 1985, nº 174, página 3 e “Letras Sergipanas” de Janeiro/Fevereiro 1986, nº 11 página 3 na seção “Fragmentos” se destacam por apresentar textos de opinião, que discutem o caminhar da educação após o período militar. Com o título “A educação popular na transformação da sociedade”, publicado



no periódico “A Defesa”, publica uma reflexão sobre a importância do trabalho em grupo para se transformar a sociedade através da educação. De caráter opinativo e escrito por “Valdinho”, do Movimento de Educação de Base, o texto afirma que a escola tem o dever de atribuir ao próximo uma visão do momento nacional pós ditadura e o compromisso político com o cidadão. Ele também afirma que a criação de grupos populares é o caminho para se chegar à tão sonhada democracia.

Com o direito de luta e participação restabelecido, os professores das redes estaduais e municipais também se uniram como consta no jornal “Gazeta de Sergipe”, com nota intitulada “AMPESE diz que greve já atinge todo estado”,

O Presidente da Associação dos professores do Magistério do Estado de Sergipe – AMPESE, Hamilton Santana disse ontem que 100% dos professores da rede estadual de ensino, da Capital, aderiram ao movimento grevista que está atingindo uma média de 80% da categoria que reside nos municípios sergipanos. Hamilton Santana acrescentou que a greve da categoria continuará por tempo indeterminado, pois até o momento o Governo do Estado não abriu negociações com os professores. (Gazeta de Sergipe, p. 3, sem número, 1987)

Referente a nota acima, o que chamou atenção foi o pequeno espaço oferecido para a divulgação das greves dos professores da rede estadual de ensino. Com a análise ficou explícito o poder dos políticos, donos dos periódicos, sobre a imprensa sergipana. Desde o período analisado no ano de 1985, este foi o único jornal que noticiou diretamente sobre as greves dos professores. Conforme Westrup (2006) ocorria em Sergipe em 1984 a primeira greve do estado que durou dois dias no período da presidência de Givaldo Santos da AMPESE, que virou Síntese em 1988 e nenhum jornal publicou, nem mesmo uma notícia.

A luta dos professores não parou e no ano de 1994 no governo de João Alves após meses de negociação foi deflagrada uma nova greve onde a presidente Ana Lucia fez greve de fome no rool da Assembléia Legislativa defendendo o reajuste salarial. As lutas tomavam maior proporção e os jornais sergipanos não divulgavam para a sociedade a realidade dos educadores do estado.

A falta de apoio da imprensa obrigou os educadores a utilizarem outros recursos para chamar atenção das autoridades e informar a população em geral. Em 1983 a AMPESE tinha um periódico intitulado “O Educador”, na presidência de



Hamilton Santana foi criado o periódico “A voz do magistério”. Os profissionais da educação também usam os periódicos para divulgar seminários e congressos, onde abordam temáticas pedagógicas.

Guisa de Conclusão

O estudo sobre a abordagem educativa nos jornais sergipanos publicados após a redemocratização do país teve grande aparato documental, onde mesmo com a ausência de algumas edições, o trabalho permitiu o conhecimento sobre os periódicos, a sistematização e análise das matérias sobre educação. Além de contribuir para a história da imprensa sergipana nos permitiu entender a trajetória dos atuais impressos e da sociedade em geral. Focado na temática de educação foi possível constatar problemas na educação de Sergipe que vigoram até os dias atuais, como é o caso das estruturas das escolas.

O perfil dos impressos pós ditadura divulgavam notícias mais livres, de cunho social e político, ao contrário do que era publicado no regime, que podem ser constatadas através da publicação de reivindicações das classes sociais por melhores condições de trabalho, principalmente. No entanto, apesar desta constatação, percebe-se que o momento de efervescência passado na rede estadual de ensino em Sergipe não recebeu da imprensa a atenção necessária, como fonte de informação para a sociedade de forma satisfatória. Como os veículos de comunicação estavam sobre o poder dos políticos, muitas notícias não foram divulgadas, o que nos remete o período ditatorial dos militares.

A evolução gráfica também beneficiou os jornais, esses utilizaram recursos para atrair o leitor como fotografias, charges e desenhos. Não apenas com imagens, mas também com textos de caráter opinativo, alguns jornais procuravam atrair e informar o leitor, com reflexões críticas sobre a educação, contribuindo para o processo de redemocratização do país. A linguagem dos impressos ficou mais livre e mais próxima dos temas democráticos.

O conteúdo sobre educação, abordado de forma ainda pouco relevante, aparecia com maior frequência nas paginas dos jornais estudados, cada exemplar publicou, em média, pelo menos duas matérias sobre o tema. Destes conteúdos os mais citados traziam os debates sobre as novas abordagens pedagógicas realizadas, em encontros e congressos, pelos professores e também sobre as ações e projetos dos políticos sobre a



educação. As mudanças nacionais influenciaram o crescimento do debate a educação no estado de Sergipe, desde os movimentos de greve nacionais que influenciaram os movimentos locais até as discussões sobre as reformas necessárias para a educação.

Diante dos resultados pode-se afirmar que a retomada da educação como um tema importante teve um lugar relevante nesta década pós ditadura nos jornais sergipanos, mas que poderia ser mais participativo ao retomar as lutas dos professores. Mesmo que através de pequenas notas, estes jornais publicizaram programas, propostas, ações governamentais, os movimentos de greve dos professores das universidades e as reivindicações dos sindicatos por melhores condições salariais, reformas estruturais e pedagógicas e melhoria na infra-estrutura das redes, colocaram estes problemas na pauta do dia, mesmo que nem sempre tenham possibilitado espaço amplo e posicionamento crítico sobre os atritos existentes entre estado e sociedade, consequência natural do processo de distensão política daquele momento.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

CUNHA, Isabel Maria R. Ferin. (Org.) **Análise documentária: considerações teóricas e experimentais**. São Paulo: FEBAB, 1989.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas**. 10ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

SKIDMORE, THOMAS E. **Brasil - De Castelo a Tancredo – 1964-1985**. Tradução: SILVA, Mario Salviano. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Néelson. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TÔRRES, Acrísio. **Imprensa em Sergipe. Vol. 1**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1993.



WESTRUP, Ana Carolina. **Comunicação Sindical: 30 anos da História do Sintese**. Apresentação de monografia: Aracaju, 2006.

FELIX, Maria de Fátima Costa. **A Administração da educação na nova república: Caminho para mudança ou mudança de caminho?** São Paulo, 1986. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/723.pdf>>. Acesso em: 9 de abril 2010.

FERRARI, Julio Cesar; PEREIRA, Rafael Caluz; FERNANDES, Paulo Sérgio. **Imposição da ditadura militar na sociedade brasileira - Uma breve analogia do comportamento Estado/Oposição**. Lins, 2009. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/PO21949907802.pdf>>. Acesso em: 30 de abril 2010.

GERMANO, José Willington. Estado militar e educação no Brasil : 1964-1985 Campinas: UNICAMP, 1990. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/zeus/auth.php>>. Acesso em 28 de abril 2010.

IANNI, Octavio. A Sociologia e o mundo moderno. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1989. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposomal/pdf/vol01n1/sociologia.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2010.

DANTAS, José Ibarê. **O domínio militar em Sergipe**. Aracaju, 1997. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_sergipe_01.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2010.

NEVES. Charles Pires; MACHADO, Márcia Alves de Carvalho. **Seixas Dória e o Golpe Militar de 1964. Sergipe**, 2009. Disponível em: <<http://www.historiainagem.com.br/edicao9outubro2009/09-doria.pdf>>. Acesso em: 8 de abril 2010.

ROSA, Priscila Artte. **Educação de Jovens e adultos trabalhadores no regime da ditadura militar: discutindo a profissionalização do ensino**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.lasallerj.org/historia/artigos/Trabalho%20Alunos-artigo%20Priscila.pdf>>. Acesso em: 28 de abril, 2010.

SÁ, Rozendo Aragão; SILVA, Elbênia Marla Ramos; LINHARES, Ronaldo Nunes. **Notas sobre educação sergipana na primeira metade do séc. XX no jornal católico “A Cruzada”**. Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0622-1.pdfv>>. Acesso em: 13 de maio 2010.

SOUZA, Kátia Maria Araújo; LESSA, Heleneide Vieira. **Movimento Estudantil em Sergipe – 60 A 90: Avanços e Retrocessos**. Sergipe, 2003. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/1042-of11a-st4.pdf>>. Acesso em: 30 de março 2010.